

# Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.

CNPJ/MF nº 14.863.121/0001-71

**Relatório da Administração 2017:** A Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., S.A. de capital fechado, foi constituída em 29/12/11 após seus acionistas terem arrematado o Lote H no Leilão 06/11 da ANEEL, ocorrido em 16/12/11. O ano de 2011 foi o de constituição e 2012 o de estruturação. A partir de 2013 foi realizada a implantação do projeto, concluída em 2015. Também em 2015 foi concluída a implantação do reforço autorizado pela ANEEL em 2013 (ReA 4289/13). A sociedade entrou em 2016 totalmente operacional. Com a conexão da Distribuidora CELG-D às subestações Luziânia e Niquelândia, ao longo deste ano, a fase de implantação foi oficialmente encerrada, tendo o ONS emitido os Termos de Liberação Definitivos para ambos projetos (Leilão 06/11 lote H e ReA 4289/13). Também foram finalizados todos os contratos com fornecedores relativos a esses projetos de implantação. Em 2016 foi quitada a dívida de curto prazo contraída junto ao Bank of China Brasil S.A. com recursos parcialmente decorrentes da operação, completados com aporte dos acionistas. Em 2017 o resultado da Cia. foi afetado pelos efeitos da revisão tarifária periódica, ocorrida no ciclo 2017/18, conforme Nota Técnica nº 171/17-SGT/ANEEL e Resolução Homologatória nº 2.258/17, de 20/06/17, sendo identificada uma redução de 6,9% da RAP.

Balancço Patrimonial em 31/12/17 e 2016 (Em MR\$)			
	Notas	2017	2016
<b>Ativo</b>		<b>91.709</b>	<b>87.091</b>
<b>Circulante</b>		<b>19.415</b>	<b>17.541</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.848	3.793
Contas a receber	4	2.023	1.327
Impostos a recuperar	5	696	871
Despesas antecipadas		69	70
Ativo Financeiro Indenizável	6	11.752	11.450
Adiantamentos		27	30
<b>Não Circulante</b>		<b>72.294</b>	<b>69.550</b>
Ativo Financeiro Indenizável	6	72.288	69.536
Imobilizado líquido		6	14
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>91.709</b>	<b>87.091</b>
<b>Circulante</b>		<b>4.117</b>	<b>6.377</b>
Fornecedores		-	18
Empréstimos	7	3.444	3.444
Salários e encargos		86	38
Dividendos a pagar	9.e	-	2.339
Impostos e contribuições sociais		325	356
Encargos setoriais		262	182
<b>Não Circulante</b>		<b>31.012</b>	<b>34.202</b>
Empréstimos	7	29.633	33.067
IR e contribuição social diferidos	8	1.379	1.135
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>56.580</b>	<b>46.512</b>
Capital social	9.a	33.305	33.305
Reserva Legal	9.b	1.348	845
Reserva de lucros a realizar	9.d	5.345	5.345
Reserva de retenção de lucros	9.c	16.582	7.017

Demonstrações do resultado em 31/12/17 e 2016 (Em MR\$)			
	Notas	2017	2016
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>10</b>	<b>16.453</b>	<b>21.448</b>
Custo de Construção	11	-	(2.969)
Operação e manutenção O&M		(1.582)	(1.621)
Outros gastos operacionais		(2)	-
<b>Lucro Bruto</b>		<b>14.869</b>	<b>16.858</b>
<b>Despesas Operacionais</b>			
Pessoal		(518)	(391)
Materiais		(3)	(6)
Serviços de terceiros		(325)	(366)
Tributos		(3)	(14)
Arrendamentos e aluguéis		(69)	(93)
Seguros		(99)	(59)
Depreciação		(5)	(6)
Outros		(214)	(157)
Despesas administrativas		-	(6)
<b>Total</b>		<b>(1.236)</b>	<b>(1.098)</b>
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>13.633</b>	<b>15.760</b>
<b>Receitas Financeiras</b>			
Receitas de aplicações financeiras		369	732
Outras receitas financeiras		(49)	(10)
<b>Despesas Financeiras</b>			
Juros e multas		(8)	(11)
Juros sobre empréstimos		(3.129)	(5.602)
Outras despesas financeiras		(23)	(24)
<b>Total</b>		<b>(2.840)</b>	<b>(4.915)</b>
<b>Lucro antes do IR e da contribuição social</b>		<b>10.793</b>	<b>10.845</b>
IR Corrente		(310)	(431)
Contribuição social Corrente		(170)	(216)
IR diferido		(148)	(220)
Contribuição social diferida		(97)	(130)
<b>Total</b>		<b>(725)</b>	<b>(997)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>10.068</b>	<b>9.848</b>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/17 e 2016 (Em MR\$)					
Saldos em 31/12/15 - Reapresentado	Capital social	Reservas de Lucros			Total
		Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
25.305	353	5.345	-	-	31.003
Integralização de capital com emissão de 8.000.000 ações	8.000	-	-	-	8.000
Lucro do exercício	-	-	-	9.848	9.848
Reserva legal	-	492	-	(492)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.339)	(2.339)
Constituição p/ retenção de lucros	-	-	7.017	(7.017)	-
<b>Saldos em 31/12/16</b>	<b>33.305</b>	<b>845</b>	<b>5.345</b>	<b>7.017</b>	<b>46.512</b>
Lucro do exercício	-	-	-	10.068	10.068
Reserva legal	-	503	-	(503)	-
Constituição p/ retenção de lucros	-	-	9.565	(9.565)	-
<b>Saldos em 31/12/17</b>	<b>33.305</b>	<b>1.348</b>	<b>5.345</b>	<b>16.582</b>	<b>56.580</b>

Demonstrações do resultado abrangente em 31/12/17 e 2016 (Em MR\$)			
	2017	2016	
Lucro líquido do exercício	10.068	9.848	

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/17 e 2016 (Em MR\$):**

**1. Contexto operacional:** A Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., (Cia.), sociedade privada, de capital fechado, foi constituída em 29/12/11 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 – 11 andar – Sala 1101 Parte, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. A Cia. é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

**1.1. Da concessão:** A Cia. foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelândia que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/11, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 16/12/11. Lote H está composto pelas seguintes instalações no Estado de Goiás: a) - SE 231/69 kV Niquelândia, (3+1) x 10 Mva; e b) - SE 500/138 kV Luziânia, (3+1) x 75 Mva. INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO compostas pela Subestação Niquelândia, com transformação 231/69 kV – (3+1) x 10 Mva, e pela Subestação Luziânia, com transformação 500/138 kV – (3+1) x 75 Mva, respectivas conexões de unidades transformadoras, entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Cia. foi autorizada a iniciar a operação da SE Luziânia em 09/06/14, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19/07/14, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12/08/15. Através da Resolução Autorizativa nº 4.289, em vigor a partir de 28.08.2013, a concessão foi acrescida das seguintes instalações no Estado de Goiás: Instalações de transmissão, na subestação Luziânia, compostas de: uma segunda transformação 500/138 kV – 3 x 75 Mva, respectivas conexões de unidades transformadoras, entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A instalação adicional teve sua entrada em operação no dia 09/11/15.

**1.2. Autorização das Demonstrações pela diretoria:** As Demonstrações financeiras da Cia. apresentam informações comparativas ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 19/01/18.

**2. Resumo das principais práticas contábeis:** As Demonstrações financeiras da Cia., referentes ao período findo em 31/12/17 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão apresentadas de forma condizente com as normas específicas emanadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Cia. para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações financeiras. As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das Demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram adotadas de modo consistente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/16.

**2.1. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos significativos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com a porcentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**2.2. Receita operacional:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cia. e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

**Receita de concessão:** a) **Receita de construção:** A interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão (ICPC 01 (R1)) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 31 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Cia. contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como próxima a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Cia. é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Cia. terceirizou a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro indenizável em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

b) **Receita financeira de concessão:** A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP).

**2.3. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cia. se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) **Ativos financeiros não derivativos:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Cia. são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável, e contas a receber.

b) **Passivos financeiros não derivativos:** Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Cia. são: fornecedores, empréstimos e demais contas a pagar. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Cia., cujos valores são reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

c) **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros:** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Cia. transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demonstrar significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e a) a Cia. transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou b) a Cia. não transferiu, nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d) **Ativos e passivos financeiros derivativos:** A Cia. não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identifica contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

**2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/17 e 2016 (Em MR\$)			
	2017	2016	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	
Lucro antes do IR e da contribuição social	10.793	10.845	
<b>Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa</b>			
Rendimentos sobre ativo de concessão	(12.918)	(16.858)	
Depreciação	5	6	
Amortização do ativo financeiro	9.864	12.751	
Juros sobre empréstimos	3.131	-	
<b>Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais</b>			
Adiantamentos	3	(18)	
Impostos a recuperar	175	(544)	
Contas a receber	(696)	(165)	
Despesas pagas antecipadamente	1	(70)	
Fornecedores	(18)	(1.701)	
Obrigações fiscais	(511)	(669)	
Encargos setoriais	79	(2)	
Retenções contratuais	-	(804)	
Salários e encargos	48	(110)	
	<b>9.956</b>	<b>2.661</b>	
Juros pagos sobre empréstimos	(3.125)	-	
<b>Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>6.831</b>	<b>2.661</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Baixa/Acréscimo de imobilizado	3	-	
Ativo financeiro Indenizável	-	(2.727)	
<b>Caixa liq. gerado (aplicado) nas ativ. de investimento</b>	<b>3</b>	<b>(2.727)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Captação (pagamento) de Empréstimos e Financiamentos	(3.440)	(12.868)	
Integralização de Capital	-	8.000	
Dividendos pagos	(2.339)	-	
<b>Caixa liq. aplicado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(5.779)</b>	<b>(4.868)</b>	
<b>Aumento (Redução) Liq. de Cxa. e Equivalentes de Cxa.</b>	<b>1.055</b>	<b>(4.934)</b>	
Início do exercício	3.793	8.727	
Final do exercício	4.848	3.793	
<b>Aumento (Redução) Liq. de Cxa. e Equivalentes de Cxa.</b>	<b>1.055</b>	<b>(4.934)</b>	

Demonstração do valor adicionado em 31/12/17 e 2016 (Em MR\$)			
	2017	2016	
<b>Receita</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	
Receita	16.453	21.448	
<b>Insunsumo Adquiridos de Terceiros</b>			
Custo	-	(2.969)	
Serviços	(325)	(366)	
Arrendamentos e aluguéis	(69)	(93)	
Operação e manutenção - O&M	(1.582)	(1.621)	
Outros	(219)	(163)	
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>14.258</b>	<b>16.236</b>	
<b>Valor Adicionado Recebido em Transf.: Result. Financeiro</b>	<b>(2.840)</b>	<b>(4.915)</b>	
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>11.418</b>	<b>11.321</b>	
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>	<b>518</b>	<b>391</b>	
Remuneracao direta	478	360	
Benefícios	25	18	
FGTS	15	13	
<b>Tributos</b>	<b>728</b>	<b>1.011</b>	
Federais	725	997	
Outros	3	14	
<b>Remuneracao de capital de terceiros</b>	<b>104</b>	<b>71</b>	
Seguros	99	59	
Outros	5	12	
<b>Remuneracao de capital proprio: Lucro líquido do exercício</b>	<b>10.068</b>	<b>9.848</b>	
<b>Total</b>	<b>11.418</b>	<b>11.321</b>	

	31/12/17	31/12/16
<b>3. Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>15</b>	<b>4</b>
Bancos conta movimento	1.587	2.144
Aplicação financeira - BB Compromissada DI	275	-
Aplicação financeira - BB CDB	2.636	1.502
Aplicação financeira - CDB C.E.F.	335	143
Rendas a receber	4.848	3.793

dos valores através das contas de energia.

**3. Caixa e equivalentes de caixa**

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro, a aplicação financeira referente ao Certificado de Depósito Bancário – CDB – da Caixa Econômica Federal, foi remunerada à taxa de 97,80% a.a., da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e, a aplicação financeira referente a BB Compromissada foi remunerada à taxa de 99% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e o CDB – BB foi remunerada à taxa de 94% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

**4. Contas a receber:** A composição do saldo de contas a receber apresenta o seguinte perfil:

	31/12/17	31/12/16
Contrato de conexão Celg - SE Luziânia	73	81
Contrato de conexão Celg - SE Niquelândia	57	64
Disponibilidade da rede elétrica - AVC	1.893	1.182
<b>Total</b>	<b>2.023</b>	<b>1.327</b>

**5. Impostos a recuperar:** Em 31/12/17 e 2016, o total do grupo de tributos compensáveis está composto conforme a seguir:

	31/12/2016	Adi-ções	Compen-sações	Transfe-rências	31/12/2017
Saldo Negativo 2012	-	-	-	8	8
Saldo Negativo 2013	-	-	-	31	31
Saldo Negativo 2015	-	-	-	277	277
Saldo Negativo 2016	-	-	-	341	341
				<b>657</b>	<b>657</b>
IRRF s/ aplicações financeiras	a) 289	47	(69)	(230)	39
IR	c) 95	156	(208)	(43)	-
Contrib. social s/ o lucro líquido	c) 103	70	(140)	(34)	-
Pis	c) 68	42	(54)	(56)	-
Cofins	c) 316	214	(233)	(295)	-
	<b>871</b>	<b>529</b>	<b>(704)</b>	<b>(657)</b>	<b>39</b>
<b>TOTAL</b>	<b>871</b>	<b>529</b>	<b>(704)</b>	<b>-</b>	<b>696</b>

**TOTAL**

a) O saldo negativo é uma nomenclatura que a Receita Federal utiliza para identificar os impostos retidos nos exercícios anteriores. Os saldos negativos compõem todos os impostos retidos na fonte sobre os faturamentos de órgãos públicos e aplicações financeiras. Esses valores serão compensados nas próximas apurações. b) Refere-se ao imposto retido sobre os resgates de aplicações financeiras; c) Referem-se aos impostos retidos sobre faturamentos de exercícios anteriores e as movimentações ocorridas no exercício corrente; **6. Contas a receber - Ativo financeiro indenizável:** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Cia. (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Cia., onde: ► O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar; ► O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. ► Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e ► O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Cia., a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo: a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente; b) Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto. c) Reconhecimento da receita de

# Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.

CNPJ/MF nº 14.863.121/0001-71

obrigações a serem observadas pela Cia. As principais obrigações foram integralmente cumpridas, e, encontram-se transcritas abaixo: a) Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do Contrato, bem como não vender ou alienar os bens financiados sem autorização expressa da Caixa Econômica Federal; b) Sem prévia autorização da Caixa, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% do lucro líquido do exercício anterior; c) Não firmar contrato de mútuo com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença a Beneficiária e/ou seus acionistas, inclusive AFAC, ressalvados os AFAC's durante o período de implantação do Projeto, bem como não efetuar redução de seu Capital social até a liquidação final das obrigações do contrato, sem prévia e expressa anuência da Caixa; d) Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização deste Contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, a ser apresentado anualmente com base em relatório próprio e nas Demonstrações Financeiras anuais da Beneficiária; e) Manter, permanentemente, o capital social subscrito e integralizado na proporção mínima de 20% do total dos investimentos realizados no Projeto; f) Manter, durante o período de amortização do contrato, recursos na "Conta reserva", com valores equivalentes a três vezes o valor da prestação mensal vincenda do serviço da dívida incluindo principal, juros e demais despesas pagas; g) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) anual em uma relação mínima de 1,20, na fase de amortização, calculado conforme metodologia constante no contrato. **8. IR e contribuição social diferidos:** O IR diferido foi apurado sobre o lucro tributável ajustado pelas diferenças temporais, com base na presunção de 8%, aplicada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social diferida foi computada com base na presunção de 12%, aplicada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável ajustado pelas diferenças temporais, reconhecidas pelo regime de competência, com base no Lucro Presumido.

Descrição	31/12/17	31/12/16
IR Diferido	896	729
CSLL Diferida	483	406
	<b>1.379</b>	<b>1.135</b>

**9. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 29/12/11, com base na Ata de Assembleia de Constituição foi constituída a empresa com a integralização do capital social no valor de R\$1 com a emissão de 1.000 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo o capital integralizado pela State Grid Brazil Holding S.A. no valor de R\$0,51 correspondentes a 510 ações, e por Furnas Centrais Elétricas S.A. no valor de R\$0,49 correspondentes a 490 ações. No exercício de 2012 foram integralizadas 1.900.000 novas ações ON passando o Capital Social para R\$1.901. No exercício de 2013 foram integralizadas 9.868.000 novas ações ON passando o Capital Social para R\$11.769. No exercício de 2014 foram integralizadas 11.821.000 novas ações ON passando o Capital Social para R\$23.590. Em 05/01/15, com base na ARCA em 01/10/14, que aprovou o aumento do capital social, foi efetuada a integralização do capital social no valor de R\$1.715, proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 1.715.000 novas ações ON, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$23.590, para R\$25.315. Em 23/12 e 27/12/16, com base na ARCA em 12/08/16, que aprovou o aumento do capital social, foi efetuada a integralização do capital social no valor de R\$8.000, proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 8.000.000 novas ações ON, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$25.315, para R\$33.315. Em 31/12/17, o capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$33.315, dividido em 33.315.000 ações ON subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Furnas Centrais Elétricas S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente. A composição do capital social subscrito da Cia. é como se segue: State Grid Brazil Holding S.A.: R\$ 16.986; Furnas Centrais Elétricas S.A.: R\$16.319; Total: **R\$ 33.305,6** **Reserva legal:** É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das S.A.s. **c) Reserva de retenção de lucro:** Foram

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/17 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. em 31/12/17, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/17, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cia., e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Auditoria do exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/16, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 31/01/17, que não conteve nenhuma modificação. **Outras informações que acompa-**

constituídas reservas para atender às necessidades de investimentos e manutenção do capital de giro da Cia. mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as determinações legais e da absorção de prejuízos acumulados. Essa reserva é suportada por orçamento de capital, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionista. **d) Reserva de lucros a realizar:** A administração da Cia., em conformidade com a legislação brasileira, propôs a destinação do saldo existente em lucros acumulados para a reserva de lucros a realizar. Essa reserva é composta pela parcela dos lucros ainda não realizados financeiramente (apesar de contábil e economicamente realizados) pela Cia. Em 31/12/15, a parcela de lucros não realizados financeiramente foi integralmente absorvida pelo lucro líquido do exercício, devido ao reconhecimento do rendimento sobre o ativo financeiro, no montante de R\$16.858 que, financeiramente, será realizado a LP. Em 31/12 a administração decidiu transferir o total da reserva de lucros a realizar para a Reserva de Dividendos Adicionais Propostos, por considerar que o lucro originado sobre o rendimento do Ativo Financeiro esta sendo realizado através da amortização e o fluxo de caixa futuro demonstrar a possibilidade de pagamentos futuros de dividendos. **e) Dividendos:** A administração da Cia. optou por destinar 25% do Lucro líquido após a constituição da reserva legal, para serem distribuídos no exercício de 2017. Em 01/06/17, a Cia. distribuiu os dividendos mínimos obrigatórios de R\$2.339 sendo R\$0.0702 para cada ação. **10. Receita operacional líquida**

Receita Operacional Bruta	31/12/17	31/12/16
Receita de Construção	-	2.969
Receita de Operação e Manutenção	4.711	2.552
Rendimentos líquidos sobre ativo de concessão	12.918	16.858
<b>Deduções da Receita Operacional</b>		
Pis	(89)	(94)
Cofins	(413)	(434)
Encargos do consumidor	(674)	(403)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>16.453</b>	<b>21.448</b>
<b>Custo</b>	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/16</b>
Edificações e obras civis	-	(2.647)
Máquinas e equipamentos	-	(322)
	-	<b>(2.969)</b>

**12. Partes relacionadas**

Partes relacionadas	Natureza da operação	31/12/17	31/12/16
<b>Ativo:</b> Furnas Centrais Elétricas	Contas a receber	10	16
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Contas a receber	7	13
		<b>17</b>	<b>29</b>

**Passivo**

Serra da Mesa Trans. de Energia Elétrica	Engenharia do proprietário	-	<b>18</b>
<b>Resultado: Receita:</b>	Fornecimento de energia	154	186
Furnas Centrais Elétricas	Compartilhamento de infraestrutura	41	17
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.		<b>195</b>	<b>203</b>

Custo/despesa	31/12/17	31/12/16	
State Grid Brasil Holding S.A.	Aluguel	69	73
State Grid Brasil Holding S.A.	Taxa de Conservacao	-	61
State Grid Brasil Holding S.A.	CCI	-	985
Furnas Centrais Elétricas	O&M	361	616
Furnas Centrais Elétricas	CCI	85	59
Serra da Mesa Trans. de Energia Elétrica	O&M	1.016	166
Serra da Mesa Trans. de Energia Elétrica	Taxa de Conservacao	-	32
Serra da Mesa Trans. de Energia Elétrica	CCI	162	7
Expansion Transmissão de Energia Elétrica	Engenharia do proprietário	-	229

**Responsabilidade da administração e do relatório do auditor:** A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, teremos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança e para o órgão regulador. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base

**13. Instrumentos financeiros: 13.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

	Rece-bíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.848	4.848	3.793
Contas a receber	2.023	-	2.023	1.327
Ativo financeiro indenizável	84.040	-	84.040	80.986
	<b>86.063</b>	<b>4.848</b>	<b>90.911</b>	<b>86.106</b>

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Os principais passivos financeiros da Cia. em 31/12/17 são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado a seguir:

Passivos financeiros	31/12/17	31/12/16
Fornecedores	-	18
Empréstimos	33.077	36.511
Salários e encargos	86	38
Impostos e contribuições sociais	325	356
Encargos setoriais	262	182
Impostos diferidos	1.379	1.135
	<b>35.129</b>	<b>38.240</b>

**13.2 Gestão de risco:** As operações financeiras da Cia. são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Cia. são: **a) Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Cia. tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Cia. e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b) Riscos ambientais:** As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe aquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Cia. retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Cia. procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **13.3 Avaliação dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

**João Cursino Neto** - Diretor Presidente e Administrativo-Financeiro  
**Jorge Raul Bauer** - Diretor Técnico  
**Ronaldo Borges Andrade** - Contador - CRC/RJ 051927/O-8

nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 24/01/18. BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI - Auditores Independentes S/S - CRC-SP-5.528/O-S-RJ; Antonio Carlos de Oliveira Pires - Contador-CRC-RJ-065.305/O-0 RJ.

## TASK SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 28.708.477/0001-45

www.tasksistemas.com.br

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12		
	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
Disponibilidades	1.484.499	7.514.679	Fornecedores	2.723.143	2.242.255
Contas a Receber	5.638.931	5.718.157	Tributos a pagar	1.721.828	1.671.063
Estoques	3.103.241	3.817.360	Contas a pagar	67.416	82.355
Outros Créditos	382.613	269.407	Provisões	2.538.894	3.361.734
Impostos a Recuperar	4.615.361	3.266.050	Adiantamento de Clientes	331.637	522.931
Adiantamentos	703.793	151.724	Empréstimos e Financiamentos	260.124	960.409
<b>Total Ativo Circulante</b>	<b>15.928.437</b>	<b>20.737.377</b>	Receitas a Realizar	-	-
Investimento	60.991	60.991	<b>Total Passivo Circulante</b>	<b>7.643.043</b>	<b>8.840.746</b>
Imobilizado	4.894.888	6.053.574	Contas a Pagar	-	-
Intangível	2.441.680	3.031.073	Juros s/Capital Próprio	-	170.218
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>7.397.559</b>	<b>9.145.638</b>	Empréstimos e Financiamentos	-	170.218
<b>Total do Ativo</b>	<b>23.325.996</b>	<b>29.883.015</b>	<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>170.218</b>
			<b>Patrimônio Líquido</b>		
			Capital Social	26.438.732	26.438.732
			Reservas de Incentivo Fiscal	71.746	71.746
			Reserva Legal	597.957	405.658
			Reserva para Desenvolvimento de Novos Produtos	3.641.803	2.680.310
			Reserva de lucros a realizar	1.922.986	-
			Reserva Estatutária	2.850.745	2.081.550
			Resultados Acumulados	(14.651.918)	(14.651.918)
			Resultado do Exercício	(5.189.098)	3.845.973
				<b>15.682.953</b>	<b>20.872.051</b>
			<b>Total do Passivo</b>	<b>23.325.996</b>	<b>29.883.015</b>

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31/12 (Em reais)			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em reais)		
	31/12/2017	31/12/2016		Reservas de	Reserva
<b>Atividades Operacionais</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de</b>	<b>Reserva</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>(5.189.098)</b>	<b>3.845.973</b>	<b>incentivos fiscais</b>	<b>Reserva</b>	<b>Legal</b>
<b>Ajustes ao lucro</b>			<b>Novos Produtos</b>	<b>Estatutária</b>	<b>Resultados</b>
Depreciação e Amortização	(2.604.579)	(1.771.343)	<b>Novos Produtos</b>	<b>Estatutária</b>	<b>Acumulados</b>
<b>Investimentos de curto prazo</b>			<b>Novos Produtos</b>	<b>Estatutária</b>	<b>Total</b>
Varição das Contas a Receber	79.226	582.836	2.680.310	2.081.550	(10.805.945)
Varição dos estoques	(714.119)	1.193.177	-	-	(5.189.098)
Varição dos impostos a recuperar	(1.349.311)	(1.520.821)	2.680.310	2.081.550	(15.995.043)
Varição dos adiantamentos distribuição de lucros	(552.068)	55.832	-	-	15.682.953
Varição dos outros créditos a receber	113.206	(136.022)	-	-	-
Varição dos fornecedores	480.888	207.559	-	-	-
Varição dos tributos a pagar	(50.766)	162.347	-	-	-
Varição das contas a pagar	14.939	49.938	-	-	-
Varição das provisões	822.840	224.977	-	-	-
Varição dos adiantamentos de clientes	(191.294)	(372.072)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(700.284)	(1.287.265)	-	-	-
<b>Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>(9.840.421)</b>	<b>1.235.115</b>	-	-	-
<b>Atividades de Investimento</b>			-	-	-
Investimentos	(382.613)	(269.407)	-	-	-
Investimentos no Imobilizado	1.158.686	180.731	-	-	-
Investimentos no Intangível	589.393	(342.404)	-	-	-
<b>Caixa das Atividades de Investimento</b>	<b>1.365.466</b>	<b>(431.081)</b>	-	-	-
<b>Atividades de Financiamento</b>			-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-
Receitas a Realizar	-	-	-	-	-
Ajustes Exercícios Anteriores	2.444.774	(1.368.953)	-	-	-
Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
<b>Caixa das Atividades de Financiamento</b>	<b>2.444.774</b>	<b>(1.368.953)</b>	-	-	-
<b>Varição Líquida do Caixa</b>	<b>(6.030.180)</b>	<b>(564.918)</b>	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa Iniciais	7.514.679	8.079.597	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa Finais	1.484.499	7.514.679	-	-	-
<b>Fluxo de Caixa</b>	<b>(6.030.180)</b>	<b>(564.918)</b>	-	-	-

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2017 (Em reais)**

**1. Contexto Operacional.** A Task Sistemas foi fundada em maio de 1984 e se notabilizou como pioneira em sistema para controle eletrônico de ponto (gestão de trabalho). A evolução da Tecnologia da Informação imprimiu um ritmo acelerado à empresa que passou de "software house" genérica para integradora de soluções de sistemas e equipamentos dentro de três segmentos de mercado. Mais tarde a Task Sistemas incorporou também o desenvolvimento e a fabricação de equipamento para estes segmentos. A empresa mantém seu foco em: (i) Gestão de Trabalho; (ii) Controle de Acesso Físico e Segurança e (iii) Credenciamento (impressão de crachás e identidades). Em 17/02/2014 a Empresa Kaba Holding AG adquiriu a totalidade da Task Sistemas e sua subsidiária Forponto Informática. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras.** As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância dos dispositivos legais, contidos na Lei das Sociedades Anônimas - 6406/76, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11638/07. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor justo das propriedades para investimento, as estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente

Rio de Janeiro, 28/03/2018.  
 Reis Consultoria Auditoria - Auditores Independentes - CRC/RJ